

Telêmaco Borba – PR, 01 de agosto de 2023.

Edital nº 10/2023

O Colégio Dom Bosco leva ao conhecimento dos interessados a abertura de processo seletivo para a oferta da vaga abaixo descrita, relacionada ao Ensino Médio, destinadas à comunidade carente, para ingresso no ano letivo de 2023, nos termos da Lei Municipal n. 2142/2015 e do Decreto Municipal n. 26273, de 12 de novembro de 2019.

1. A seleção seguirá as exigências deste edital e dos acima referidos atos normativos para o seguinte curso:

COLÉGIO DOM BOSCO	
ENSINO MÉDIO	
CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	01

2. As bolsas ofertadas são integrais, destinadas a estudantes brasileiros residentes no município de Telêmaco Borba, não portadores de diploma de curso superior e técnico, e que já não estejam matriculados em quaisquer dos cursos ofertados pela UNIFATEB/DOM BOSCO, nos termos do art. 3º, IV, da Lei Municipal 2142/2015, ressalvada a possibilidade de cancelamento da concessão da bolsa com base nas hipóteses previstas em lei, reprovação ou em decorrência de penalidade imposta pela instituição ao bolsista, por violação às suas normas internas.
3. Não poderão participar novamente do processo seletivo tratado por este edital os alunos beneficiários reprovados pela instituição concedente em ano (s) anterior (es), sendo excepcionalmente admitida a participação em casos de não preenchimento da vaga e ausência de procura pela mesma, hipótese em que poderão os alunos reprovados apresentar documentos, desde que não haja concorrentes. A exceção não se aplica a alunos que tenham tido a bolsa cancelada por infrações ao regimento interno e as normas legais e institucionais.
4. A UNIFATEB /COLÉGIO DOM BOSCO reserva-se o direito de não abrir turma nos cursos em que o número de matrículas de pagantes não seja suficiente para o equilíbrio econômico e financeiro da instituição, ficando sem efeito a concessão das bolsas previstas neste edital.

5. As bolsas de que tratam a Lei Municipal e este edital dizem respeito às mensalidades do curso, excluindo-se da gratuidade os valores cobrados a título de dependência, requerimentos de provas de segunda chamada ou substitutivas, materiais escolares, lanches, transporte, uniformes ou quaisquer outros documentos que o aluno desejar obter da instituição, submetendo-se ele às cobranças feitas dos alunos/acadêmicos que contratam os serviços em caráter ordinário.

6. As taxas referentes ao material didático deverão ser pagas integralmente no ato da matrícula.

7. Compõem a comissão de prova de ingresso: Paula Regina Pontara (presidente), Thiago Roberto Lopes, Nathaly Sartor, Joseane Piechnicki, Douglas Dal Molin, Elen Santana Marcelly Baitala (membros).

8. Além dos demais requisitos previstos na legislação educacional, nas normas internas da instituição e na Lei e no Decreto Municipal, o principal requisito socioeconômico para que o candidato possa obter a bolsa é renda bruta mensal per capita familiar de um salário mínimo e meio.

9. Cronograma do processo seletivo:

1ª FASE – INSCRIÇÃO	
07/08/2023 a 11/08/2023	Inscrição através do ambiente virtual no site da DOM BOSCO https://ocolegio.domboscotb.com.br/
2ª FASE – PROVA PRESENCIAL	
12/08/2023 às 14h	Prova presencial – UNIFATEB/DOMBOSCO
3ª FASE – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	
21 e 22/08 das 13h30 às 17h	Após resultado classificatório da 2ª fase, a Comissão, formada por servidores municipais, conforme o Decreto nº 26.511, de 28 de fevereiro de 2020, publicará em Boletim Oficial a relação dos contemplados para orientações de local e data de comparecimento, os quais deverão apresentar os documentos exigidos nesse edital, sob pena de ser desclassificado. Caso o documento não seja apresentado ou esteja em desacordo com o descrito no ato da inscrição, haverá nova convocação para o chamamento do próximo candidato da ordem classificatória.
A data de publicação do resultado final e a data da matrícula dos aprovados, será amplamente divulgada pela instituição de ensino (em sua página da internet) e pelo Município (Boletim Oficial e na página da internet).	

Os documentos exigidos na primeira fase são os seguintes (conforme previsão no Decreto Municipal n. 26273, de 12 de novembro de 2019 e seus anexos):

- a. Documento de identificação com foto do candidato e dos demais membros do grupo familiar (todas as pessoas que residam com o candidato);
- b. Carteira de trabalho de todos os membros do grupo familiar;
- c. Comprovante de residência;
- d. Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar do grupo familiar do candidato por essas razões;
- e. Comprovante de rendimentos do candidato e dos integrantes de seu grupo familiar;
- f. Cópia de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública determinando o pagamento de pensão alimentícia, caso esta tenha sido abatida da renda bruta de membro do grupo familiar;
- g. Comprovação da existência de união estável no grupo familiar, quando for o caso, por meio de pelo menos um dos seguintes documentos:
 - I. Atestado de união estável emitido por órgão governamental;
 - II. Declaração de imposto de renda em que um dos interessados conste como dependente;
 - III. Declaração regularmente firmada em cartório;
 - IV. Anotação constante na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social, feita pelo órgão competente;
 - V. Certidão ou documento similar emitido por autoridade de registro civil;
 - VI. Comprovação de união estável emitida por juízo competente;
 - VII. Declaração, sob as penas da lei, de duas pessoas que atestem a existência da união estável;
 - VIII. Certidão de casamento religioso.
- h. Histórico escolar do Ensino Médio;
- i. Comprovante de Cadastro Único (não obrigatório, apenas para quem possui).

10. Os documentos apresentados devem ser por meio de fotocópia acompanhada do seu original para conferência.

11. À comissão de seleção é facultada a solicitação de outros documentos complementares, caso entenda necessários.

12. Será considerado inapto, mesmo que tenha sido aprovado, aquele candidato que não apresentar toda a documentação exigida ou não se enquadrar nos requisitos de renda bruta mensal per capita familiar de um salário-mínimo e meio.

13. Após a prova presencial, caso o candidato seja classificado, deverá apresentar toda a documentação, que será fator definidor da concessão das bolsas.

14. Na hipótese de haver empate entre os candidatos, serão utilizados os critérios de desempate previstos no Decreto Municipal que rege o processo seletivo.

15. Os candidatos, além de se submeterem às exigências deste edital, da Lei e do Decreto municipal que a regulamenta, deverão atender aos requisitos previstos na legislação federal para ingresso ensino médio.

16. A avaliação de conhecimento para quem concorrer a vaga será através de prova presencial, na UNIFATEB/DOM BOSCO.

17. Na hipótese de não serem preenchidas as vagas ofertadas para os aprovados em 1ª chamada, será publicado novo edital com o número de vagas remanescentes, com a convocação de todos os demais candidatos classificados para aquelas vagas, a fim de que compareçam em data e hora a serem designadas, sob pena de se entender ter havido, pelo candidato, renúncia à vaga.

18. Assim como os demais alunos, uma vez matriculados, submetem-se os bolsistas às normas internas da instituição, previstas no seu Regimento Geral, nas portarias e resoluções expedidas por seus órgãos unipessoais ou colegiados.

19. A concessão das bolsas referidas neste edital dependerá de aprovação prévia pela Comissão Municipal de Avaliação de Concessão de Bolsas de Estudo, que será instituída por ato do Prefeito Municipal, não havendo, por parte daquele que obteve melhor desempenho na avaliação de conhecimento, direito adquirido à bolsa antes do posicionamento definitivo da comissão referida neste tópico.

20. Eventuais casos omissos serão sanados pela comissão de seleção, consultada a Comissão Municipal de Avaliação de Concessão de Bolsas de Estudo.

21. A publicação do nome dos beneficiados pelas bolsas levará em conta os requisitos da Lei 2142/2015 e não necessariamente a classificação nas provas, cuja divulgação de lista ficará ao critério da Comissão de Avaliação.

22. A publicação com os nomes dos beneficiados deverá ser divulgada apenas os dois primeiros classificados referente ao número de vagas em cada curso.



Paula Regina Pontara
Diretora DOM BOSCO